

# A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957 NO SUDOESTE DO PARANÁ: O LEVANTE NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E O PAPEL DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Giann Paulo Canova<sup>1</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre como ocorreram as relações sociais entre *colonos* e *posseiros* no Município de Pato Branco, durante a Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Estado do Paraná. Parte da ideia de que as conexões entre indivíduos de uma comunidade são importantes para fortalecer a união de um grupo social, tornando possível lutar por aquilo que almejam. Para tanto, utiliza de uma análise de relatos orais de um dos líderes da revolta na cidade de Pato Branco, Jácomo Trento, que descreveu como ocorreu a sua participação e de outros *colonos* e *posseiros* no levante de 1957. Para apoiar a fonte primária, apresenta como foi descrita a Revolta dos Posseiros pelos periódicos paranaenses *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. A análise contempla um período que vai de 1930 até 1961, passando pelas diversas transformações que ocorreram no Paraná a partir da década de 1930 até chegar na eclosão da revolta, finalizando com o panorama geral após o encerramento do levante.

**Palavras-chave:** Revolta dos Posseiros. Relações Sociais. Sudoeste do Paraná. Conflito de Terras.

# 1957 SETTLER REVOLT IN SOUTHWEST PARANÁ: THE REVOLT IN THE MUNICIPALITY OF PATO BRANCO AND THE ROLE OF SOCIAL RELATIONS

## ABSTRACT

This research reflects on how the social relations between *settlers* and *squatters* occurred in the municipality of Pato Branco, during the 1957 Squatter Revolt in the Southwest of the State of Paraná. It starts from the idea that the connections between individuals in a community are important to strengthen the union of a social group, making it possible to fight for what they want. To do so, it uses an analysis of oral reports by one of the leaders of the revolt in the city of Pato Branco, Jácomo Trento, who described how he and others *settlers* and *squatters* participated in the revolt of 1957. To support the primary source, it presents how the Revolt of the Squatters was described by the Paraná periodicals *Gazeta do Povo* and *O Estado do Paraná*. The analysis contemplates a period that goes from 1930 to 1961, passing through the several transformations that occurred in Paraná from the 1930s until the outbreak of the revolt, ending with the general panorama after the end of the uprising.

**Key-words:** Revolt of the squatters. Social relationships. Southwest of Paraná. Land Conflict.

## Introdução

A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná, foi um importante levante de luta pela terra entre *colonos* e *posseiros*, as companhias imobiliárias e o Governo do Estado do Paraná. Esta revolta ocorreu em vários municípios do Sudoeste do Estado, mas alguns

<sup>1</sup> Historiador pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Desenvolve pesquisas na área de História Social e História Política. Contato: [gianncanova@gmail.com](mailto:gianncanova@gmail.com) orcid id: <https://orcid.org/0009-0006-2056-2678>

ganharam maior destaque na historiografia do conflito, nos jornais da época e nas fontes ligadas à revolta. Podemos citar os municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Verê, Dois Vizinhos, Capanema, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Cada uma destas cidades citadas, estavam localizadas em uma área de litígio, ou seja, era uma região de disputa e conflito de interesses. Importante ressaltar que, no contexto do levante, grande parte da região que estava em disputa era denominada como Gleba Missões e Gleba Chopim (ORBEN, 2014, p. 28-32). Esta denominação de gleba será utilizada ao longo deste presente artigo e se refere ao território em disputa do Sudoeste do Estado do Paraná.

O objetivo desta pesquisa é compreender como ocorreram as relações sociais durante o levante de 1957 por parte dos *colonos* e *caboclos*, que posteriormente viriam a se tornar *posseiros*, do município de Pato Branco. De que forma isso refletiu na união deste grupo social e como essas relações ajudaram no desfecho do movimento na cidade. Para esclarecer, quando cito os *caboclos*, estou me referindo aos trabalhadores rurais que se deslocaram até o Sudoeste do Paraná, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, Estado de Santa Catarina e de outras regiões do Estado do Paraná. Quando me refiro aos *colonos*, estou incluindo também os imigrantes que chegaram ao Estado do Paraná neste período. Já quando utilizo o termo *posseiros*, quero me referir não só aos *colonos*, mas também aos *caboclos* que nasceram na região Sudoeste ou chegaram posteriormente, mas que sempre ocuparam suas terras, entretanto não tinham a posse legal dos terrenos. (LAZIER, 1986, p. 7)

O tema da Revolta dos Posseiros de 1957 foi escolhido, pois se trata de um evento importante para a formação social, política e econômica do Estado do Paraná. Vários autores da historiografia do Paraná cedem espaço em suas pesquisas para retratar o levante no Sudoeste, como é o caso do Prof. Dr. Ruy Christovam Wachowicz, que em seu livro “História do Paraná” (2010) descreve como ocorreram os conflitos em 1957 e de que forma eles impactaram na história do Estado (WACHOWICZ, 2010, p. 259-272). O também Professor Hermógenes Lazier, que escreveu sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Paraná em 1983 com o título “Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná”, expôs em seu trabalho todo o processo que levou à Revolta dos Posseiros no ano de 1957, destacando a relevância deste levante no Sudoeste do Estado do Paraná.

Estes importantes autores demonstram a relevância da revolta no contexto da história do Paraná. Mas não só isso, também destacam que o levante é socialmente relevante, pois se trata de uma revolta popular, em que *colonos* e *posseiros* se aglutinaram na luta pelos seus direitos, mostrando a força política de uma comunidade local (LAZIER, 1983, p. 70-72). É pertinente

destacar que são essas contribuições da historiografia que viabilizam pesquisas como esta. É a partir das reflexões dos autores, que novos pesquisadores se empenham para entender cada vez mais os elementos que compõem os eventos históricos.

Para atingir os objetivos propostos neste artigo, foi necessário buscar fontes que fornecessem materiais suficientes para a elaboração da pesquisa. A fonte histórica primária são os relatos orais de Jácomo Trento, uma das lideranças da Revolta dos Posseiros de 1957, sendo constantemente citado nas bibliografias do levante. Jácomo Trento forneceu estes relatos em uma sessão solene em que foi nomeado Cidadão Honorário do município de Pato Branco, justamente por conta de sua participação no conflito de 1957 na região. Todo o relato foi filmado e encontra-se disponível no canal da Câmara de Vereadores de Pato Branco no site do Youtube, os principais trechos que foram analisados e utilizados na pesquisa, passaram por um processo de transcrição.

Como fontes secundárias, estão presentes dois jornais que acompanharam a revolta no Estado do Paraná, sendo eles: a *Gazeta do Povo* e o *O Estado do Paraná*. Cada um destes periódicos possui um contexto de surgimento e retrata o levante com abordagens diferentes. Entretanto, são justamente estas diferenças que enriquecem a análise realizada. Tendo em vista que o recorte temporal deste artigo vai de 1930 até 1961, os periódicos analisados também estão presentes dentro destas datas, mais especificamente no ano de 1957, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro. Sendo este último, o mês em que o levante foi deflagrado pelos *colonos e posseiros*.

Um trabalho que é importante para todo o desenvolvimento deste artigo e que está diretamente ligado a imprensa e aos jornais do Paraná no contexto da Revolta dos Posseiros de 1957, se trata da dissertação de mestrado de Éverly Pegoraro com o título “Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense” (2007). O trabalho de Pegoraro é fundamental para explicar a cobertura realizada pelos periódicos do confronto no Sudoeste, além de trazer também uma considerável contextualização política acerca do levante.

Outro trabalho acadêmico que podemos destacar é do autor Thiago Arcanjo Orben, que realizou uma dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, chamada “A Revolta dos *Colonos* de 1957, Interpretações, Apropriações e Memórias” (2014). O trabalho de Thiago Orben é mais atual e trabalha com interpretações e linhas teóricas recentes, dando um enfoque maior para os *colonos e posseiros* que participaram dos conflitos no Sudoeste. Orben utiliza das fontes orais que enriquecem muito o seu trabalho e auxiliam

no debate sobre as memórias na revolta. O trabalho do autor é muito significativo para este artigo, pois abriu horizontes no tema da Revolta dos Posseiros de 1957, demonstrando a possibilidade de trabalhar o levante em um campo de história política e social, enfatizando as relações e conexões entre *colonos* e *posseiros* durante o movimento e de que forma se comportaram na conjuntura política em que estavam inseridos.

Como já foi citado anteriormente, outros dois autores são importantes para o caminhar teórico deste artigo, são eles: Ruy Christovam Wachowicz e Hermógenes Lazier. Estes autores, juntamente com outros do contexto, foram os pioneiros no debate historiográfico sobre o levante dos *posseiros* e *colonos* no Sudoeste, portanto, suas pesquisas são fundamentais em toda a contextualização e nos desdobramentos que ocorreram desde 1930 até 1961, que influenciaram ou foram consequências da Revolta dos Posseiros de 1957.

Partindo para a abordagem metodológica, destaco mais dois autores que são fundamentais para enriquecer as análises realizadas nesta presente pesquisa. Primeiramente cito José D'Assunção Barros e seu artigo “Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica”. Neste artigo, Barros é muito explicativo em relação à forma de interpretar periódicos, auxiliando as pesquisas que optam por estes caminhos metodológicos. A segunda autora que ressalto, se trata da Prof.<sup>a</sup> Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi e sua obra “Análise de Discurso”. Eni Orlandi foi uma das pioneiras a tratar deste campo nos anos de 1970 no Brasil, estendendo um longo debate sobre o discurso, os sujeitos e sua forma histórica, as relações de força, entre outros temas da área.

No caso da primeira metodologia estamos tratando de um análise documental, mais especificamente de uma análise de periódicos. Este tipo de documentação possui ferramentas específicas para a sua investigação, levando em consideração os efeitos de produção, ou seja, considerar o contexto de elaboração daquele determinado periódico, as informações e opiniões nele contidas e sua intencionalidade no momento de sua publicação. Essas ferramentas são fundamentais para compreender o impacto que os jornais causaram na Revolta dos Posseiros de 1957 e a forma como influenciaram a opinião pública principalmente na capital paranaense. (BARROS, 2022, p. 591-597)

A segunda metodologia citada, por sua vez, possui uma complexidade investigativa. Estamos tratando de um discurso realizado por um sujeito que atuou diretamente na Revolta dos Posseiros de 1957. Nesse sentido, é preciso considerar a intencionalidade desse discurso, as memórias discursivas, isto é, como o contexto social afetou as condições de produção desse discurso anos depois e, por último, levar em consideração a interpretação desse discurso por

parte de quem investiga, aliando as condições de produção com o discurso produzido pelo locutor. É importante ressaltar que esses relatos de Jácomo Trento retratam uma realidade específica: da comunidade na qual ele estava inserido no contexto da Revolta. Trazendo uma visão dissemelhante daquela que era publicada nos jornais que serão citados e analisados neste presente trabalho. (ORLANDI, 2005, p. 59-91)

Começo o artigo com uma breve contextualização do Estado do Paraná entre 1930 e 1961, partindo da chegada do Interventor Mário Tourinho até o fim do segundo mandato do Governador Moysés Lupion. Neste processo, passamos pela história política e econômica do Estado do Paraná, destacando a importância da ocupação das regiões Norte, Oeste, Noroeste e Sudoeste. Levando em conta a produção do café a partir dos anos 1930, os movimentos populacionais no Estado e o processo de colonização iniciado pelo Governo Federal e Governo do Paraná (ABRAMOVAY, 1981, p. 1142; MAGALHÃES, 2017, p. 46-77; PADIS, 2006, p. 117-274).

Após a contextualização, adentramos nas questões relacionadas à Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste. Destacando os conflitos anteriores à deflagração da revolta, de que forma o levante eclodiu no município de Pato Branco e como se deu o encerramento desta revolta. (LAZIER, 1983; ORBEN, 2014; PEGORARO, 2007; WACHOWICZ, 2010). É nesse momento que trazemos os relatos orais e textuais, agregando valor na interpretação do evento.

Concluo o artigo com as considerações finais, destacando até onde foi possível chegar com as análises realizadas na pesquisa e se foi possível concluir os objetivos estipulados. Também destaco algumas reflexões em torno do campo da História Social, como ele se conecta com a Revolta dos Posseiros de 1957 e como esse processo é importante para toda a construção desta pesquisa.

### **Contextualização do estado do Paraná (1930-1957): da chegada do Interventor Mário Tourinho até o segundo governo de Moysés Lupion**

A chegada da década de 1930 no Brasil apresenta um panorama de grandes transformações no cenário político, econômico e social. Iniciou neste período uma política nacional-desenvolvimentista liderada pelo Presidente da República Getúlio Vargas, que tinha como objetivo um governo centralizador que pudesse controlar a influência das forças regionais. Economicamente, o interesse era fortalecer a industrialização no país, tendo em vista as complicações na importação, por conta da Grande Depressão de 1929. O cenário era de um Governo que buscava se adaptar com as dificuldades nacionais de produção e com as

variações do mercado externo (ANDREAZZA e TRINDADE, 2017, p. 95).

A conjuntura econômica do Estado do Paraná não estava aparelhada com as pretensões nacionais. Até 1930 a economia do Estado não tinha grande expressividade no País, resumia sua produção aos setores ervaateiro e madeireiro, contando com uma infraestrutura pouco desenvolvida. Entretanto, é a partir dos anos de 1930 que as áreas ainda desocupadas do Estado serão fundamentais para a construção de uma economia participativa, contando com uma grande expansão da cafeicultura, principalmente na região Norte do Estado. Sobre o panorama do Estado do Paraná antes da década de 1930, explica Pedro Calil Padis:

Assim é que pode-se perfeitamente concluir que, até o fim da terceira década deste século, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, especialmente no de São Paulo. E, além de periférica, de situação bastante precária. No entanto, a partir da década dos trinta, uma verdadeira revolução irá ocorrer na economia do Estado e transformar-lhe a fisionomia. (PADIS, 2006, p 125).

Uma das principais causas desta expansão econômica, foi o acelerado processo de povoamento da região Norte do Estado do Paraná após 1930, e isso é fruto de uma conjugação de fatores. Nesse contexto ocorreu uma forte colonização organizada pelo Governo do Estado e por companhias loteadoras. As companhias iniciaram seus empreendimentos ainda antes dos anos 1930, com destaque para a “Paraná Plantation Ltd.” que tinha como subsidiária a “Cia de Terras Norte do Paraná”. Esse período foi então marcado por uma intensa migração de paulistas, mineiros e nordestinos para a região do Norte paranaense, essa ação formou, em 25 anos, cento e dez núcleos urbanos, que em sua maioria foram transformados em cidades. Dado o sucesso deste empreendimento, o Governo do Estado, no final da década de 1930, também empreendeu um programa de colonização aos moldes do que foi realizado anteriormente, utilizando de terras devolutas ou as que retornaram ao seu patrimônio, após anulação de concessões por ato do Governo Federal de Getúlio Vargas. (PADIS, 2006, p. 138-149; WACHOWICZ, 2010, p. 210).

Estes dois processos de colonização no Norte do Estado, contaram com elementos semelhantes, que foram fundamentais na rapidez do povoamento da região. Com o objetivo de escapar da crise brasileira do contexto dos anos 1930, os projetos de colonização do Norte separavam os territórios em pequenos lotes, que eram disponibilizados à venda com pagamento parcelado, em prazo de quatro anos. Além disso, por conta do tamanho dos lotes, o preço era chamativo, ou seja, essa ação incentivou a chegada de famílias até o território, formando uma produção familiar, que se tornou a base da economia agrícola da região

(PADIS, 2006, p. 153- 155)

O rápido processo de povoamento aliado com: a qualidade das terras do Norte do Paraná, o contato cada vez maior com a cafeicultura paulista e a expansão das ferrovias na região Norte. Fez com que o Estado paranaense realizasse uma grande expansão do plantio do café no Norte do Estado. Este movimento também chegou ao Noroeste, mas com menor força e influência. Sobre o salto econômico do Paraná, explicam Andreazza e Trindade (2017, p. 96): “Em função dessa atividade, entre 1940 e 1960, a participação do Paraná na produção cafeeira aumentou de 7% para 52%, fenômeno que trouxe ao Estado um grande aporte de capitais, não só para a agricultura como para a indústria.”.

O adensamento populacional que ocorreu no Paraná neste período, refletiu diretamente nas ações políticas dos primeiros interventores de Getúlio Vargas no Estado, que logo no início tiveram que lidar com questões relacionadas à terra. Mário Tourinho permaneceu pouco mais de um ano à frente do Governo paranaense (1930- 1931), mas já iniciou um trabalho de delimitação de territórios em algumas áreas. O interventor tratou de resolver questões no Oeste do Estado, na região de fronteira, onde uma das demandas era a nacionalização daquele território, tendo em vista a forte influência da Argentina no local (WACHOWICZ, 2010, p. 285-286). Neste período, Tourinho também constatou irregularidades na titulação de terras feita à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no Sudoeste do Estado. O interventor anulou algumas dessas concessões por meio de decretos, trazendo esses territórios para a posse do poder público (LAZIER, 1983, p. 32).

Em 1932 quem assume o Governo do Paraná é o interventor Manoel Ribas, que ficou no cargo até 1945. Ribas tinha como uma das prioridades a integração das regiões do Estado, era necessário fortalecer as vias de comunicação, com o intuito de melhorar o escoamento da produção, conectando a capital, os portos e a zona produtora. Também foi uma das políticas de governo de Manoel Ribas, elevar o número de escolas, que tinha como objetivo integrar os imigrantes, com o ensino do idioma e dos valores nacionais. Como anteriormente foi relatado, no final da década de 1930 o Interventor também deu continuidade no processo de colonização das regiões Norte, Noroeste e, com maior empenho, no Oeste e Sudoeste (MAGALHÃES, 2017, p. 48-49).

A política de colonização de Manoel Ribas está diretamente ligada ao projeto do Governo de Getúlio Vargas, a chamada “Marcha para Oeste”, que tinha como objetivo ocupar terras devolutas, integrando essas áreas ao território nacional. A principal ação realizada neste período foi a criação da CANGO, Colônia Agrícola Nacional General Osório, em 1943. Se

tratava de um órgão federal que incentivava a chegada de migrantes até o Estado do Paraná. Para isso, a colônia distribuía terras gratuitamente, além de prestar serviços de assistência aos *colonos* que chegavam à região. A CANGO foi importantíssima no processo efetivo de povoamento do Sudoeste do Paraná e foi fundamental em fomentar os movimentos populacionais que se deslocavam dos Estados vizinhos até o Estado paranaense, oriundos principalmente do Estado do Rio Grande do Sul (LAZIER, 1983, p. 46-55; ORBEN, 2014, p. 37-39). Esta frente que chega até o Estado do Paraná nas décadas de 1940 e 1950 será detalhada no decorrer deste capítulo.

De maneira geral, as pautas econômicas e políticas do Estado do Paraná, durante o período de 1932 até 1961, permaneceram muito semelhantes. Os problemas de ocupação e integração se arrastaram ao longo dos anos, enquanto a economia ainda precisava se tornar mais industrializada, atendendo ao projeto desenvolvimentista do Governo Federal. Para Brephol de Magalhães (2017, p. 48-55) os políticos deste período – Manoel Ribas (1932-1945), Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha (1951-1956) – foram agentes de um plano modernizador no Estado do Paraná, que visava atender às pretensões do Executivo, deixando de lado a organização das vontades coletivas.

Com a chegada da redemocratização, o primeiro governador eleito por sufrágio universal em 1947 é Moysés Lupion, que era considerado herdeiro político de Manoel Ribas. Lupion era um político habilidoso com as massas, que encontrou espaço para se articular na política paranaense. Era também um homem de negócios, no Paraná administrava junto aos seus parentes uma empresa familiar, o chamado “Grupo Lupion”. Este grupo tinha investimentos em diversas áreas, como explica Éverly Pegoraro:

Entre as suas diversificadas atividades estavam extração e industrialização de madeira; fabricação de papel, fósforo e caixas; exportação de produtos, como erva-mate, madeira e minérios; agricultura; pecuária e participação em empresas de comunicação, entre elas a Gazeta do Povo e o jornal O Dia. (PEGORARO, 2007, p. 55)

No campo político, Lupion inicia seu mandato tendo que cuidar de diversos problemas que surgiam no Paraná. A população crescia cada vez mais, em 1940 eram pouco mais de 1.200.000 habitantes, em 1950 atingia a marca de 2.115.000. Com esse rápido crescimento populacional, o Governo começa a formular um novo projeto de colonização, além de ter que se debruçar sobre questões de saúde pública e industrialização do Estado. A principal ideia de Lupion era de criar uma boa imagem para o Governo e para o Estado, retratando a modernidade e o progresso no Paraná. Essa ação tinha o objetivo de aquecer a economia e os

investimentos no Estado, atrair mais migrantes – buscando o aumento da mão de obra – e buscar acobertar os problemas sociais que surgiam, principalmente relacionados à posse da terra (PEGORARO, 2007, p. 55-61).

Na campanha eleitoral de 1950, Lupion é fortemente pressionado pela oposição, questionam a honestidade do Governador e de seus aliados. A campanha oposicionista lança a chamada “Frente Democrática”, composta pelo Partido Libertador, Partido Republicano, Partido Social Trabalhista, Partido da Representação Popular e União Democrática Nacional. Esta coligação tinha como candidato Bento Munhoz da Rocha Netto, que foi eleito em 1950 e assumiu o Governo do Estado em 1951, onde ficaria até 1956 (MAGALHÃES, 2017, p. 56).

O Governo de Bento Munhoz também seguiu o projeto modernizador do Governo Federal, porém com alguns traços que se diferenciam de Lupion. Bento Munhoz da Rocha trazia a imagem de um estadista intelectual e seu governo esteve muito vinculado às elites da capital curitibana. A ausência de olhar para o campo, foi um dos motivos de insatisfação do povo paranaense com o seu mandato. Lupion utilizou desta visão na campanha das eleições de 1956, já que sua imagem estava muito mais vinculada a de um “homem do povo”. (MAGALHÃES, 2017, p.56)

A chegada dos anos 1950 é muito significativa no desenvolvimento do Estado do Paraná. É neste período que os investimentos da máquina pública começam a ser mais presentes, com um foco especial em cada setor deficitário. O crescimento populacional ainda é uma realidade e o aumento da demanda é constante, para isso o Governo segue investindo nos projetos de povoamento. Ainda no final da década de 1940, foram criados a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização (1947) e o Departamento Administrativo do Oeste (1948). Fica cada vez mais evidente a presença do Estado nas regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste, buscando uma colonização organizada, que também pode ser interpretada como intervencionista. A saúde e a segurança pública também foram pautas importantes deste período, o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Saúde, realizou diversas campanhas com o intuito de erradicar doenças que afetavam as Regiões do Estado, entre elas: malária, doença de chagas e tuberculose. Na questão da segurança, foi necessário investir nas novas cidades que surgiam, instalando novas delegacias, com o intuito de fomentar a imagem de um Estado íntegro e seguro, onde reinava a paz e a tranquilidade (MAGALHÃES, 2017, p. 59-64).

O setor que mais recebeu atenção do Governo na década de 1950 foi o de construção de estradas. O problema do escoamento da produção ainda estava presente e se tornava um

prejuízo fiscal para o Estado, tendo em vista que a produção muitas vezes era despachada para São Paulo e Santos, situação na qual o Paraná não lucrava com os impostos de exportação. Em 1951, primeiro ano de Governo de Bento Munhoz da Rocha, a Secretaria de Viação e Obras Públicas representou 41% dos gastos estaduais, ou seja, o investimento foi constante neste setor. Investir na malha viária era importante para conectar os municípios, mas além disso, também foi fundamental para articular Curitiba como uma Capital administrativa do Estado. Isso porque, grande parte das estradas construídas passavam pela Capital, que em 1950, representava os elementos da modernidade e do desenvolvimento em suas construções públicas (ANDREAZZA e TRINDADE, 2017, p. 104).

A década de 1950 também ficou marcada pelo processo de ocupação do Sudoeste do Paraná. Foi neste período que ocorreu uma massiva migração de *caboclos* até a Região, oriundos do Estado de Santa Catarina e Estado do Rio Grande do Sul, essa frente pioneira que chega ao Paraná é denominada como “frente sulista”. Este deslocamento populacional estava ligado ao excedente de mão de obra dos Estados vizinhos, mas não só isso, a busca por terras livres também motivou a migração dessas populações, já que em seus Estados houve um predomínio do latifúndio nos anos 1950 (WACHOWICZ, 2010, p. 331; ABRAMOVAY, 1981, p. 27-30).

Apesar da intensa migração dos *caboclos* a partir de 1950, a relação entre o caboclo e a Região do Sudoeste do Paraná é muito anterior. Já em 1900 é possível afirmar que havia presença desses *sertanejo* no Sudoeste paranaense. As pesquisas a respeito dessa população são extensas, em sua maioria eram de origem luso-brasileira que passaram por um longo processo de miscigenação e ocupavam as regiões denominadas de *sertão*. Eram caracterizados não só por suas origens, mas pelo seu modo de vida e seu envolvimento específico com a terra e a produção. (MORDADO, 2007, p. 07)

Os motivos que trouxeram os *caboclos* para a Região do Sudoeste do Paraná são diversos. Como citado anteriormente, Abramovay destaca a busca por terras livres e a predominância do latifúndio, mas além disso, muitos eram remanescentes da Revolução Farroupilha e da Guerra do Contestado, no caso dos primeiros eram conhecidos na região como “Farrapos”. Outra questão que deve ser destacada é o próprio processo do tropeirismo, que intensificou a migração de gaúchos para o Estado do Paraná, contribuindo para a ocupação de *caboclos* na Região Sudoeste do Estado. (MORDADO, 2007, p. 08)

O fato é que, quando estes *caboclos* chegam até o Sudoeste do Estado do Paraná, encontram terras devolutas que poderiam ser ocupadas. Nesse sentido, muitos deles se tornaram

*posseiros* de suas terras no Sudoeste, ou seja, ocupavam o local, mas não tinham a posse judicial do território. Ruy Wachowicz destaca que os migrantes que chegam ao Paraná neste período, foram importantes na ocupação de vários municípios da Região Sudoeste e Oeste:

Os migrantes oriundos desta frente de colonização fundaram e se estabeleceram em importantes núcleos no Sudoeste e Oeste do Estado: Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira, Santa Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon etc. (WACHOWICZ, 2010, p. 331)

Até o ano de 1950 os territórios do Sudoeste do Paraná já haviam passado por longas disputas. Até 26 de julho de 1950, a disputa pelas Glebas do Sudoeste estava entre um cidadão chamado José Rupp e o Governo Federal. Isso porque, por determinação judicial, José Rupp tinha uma indenização a ser recebida pela Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Entretanto, durante o Governo de Getúlio Vargas, todas as posses desta companhia foram incorporadas ao patrimônio público Federal, ou seja, após a incorporação, a indenização de José Rupp deveria ser paga pelo Governo Federal (LAZIER, 1983, p. 34-35).

De 1945 até 1950, José Rupp entrou com diversos processos para requerer a sua indenização junto ao Governo Federal, porém seus pedidos sempre eram negados. No ano de 1950, Rupp entrou com uma última proposta, pedindo as Glebas de Missões como pagamento da indenização. Em 01 de julho de 1950, esta proposta foi indeferida pela União. Tendo em vista que todas suas propostas eram negadas, José Rupp, em 26 de julho de 1950, cedeu seu crédito junto ao Governo Federal para a companhia de colonização Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, a CITLA (LAZIER, 1983, p. 36).

Quando a CITLA adquire o crédito de José Rupp, basta pouco menos de 4 meses para o requerimento da indenização ser deferido pela União. A rapidez neste processo está vinculada a duas questões. O grupo de investimento de Moysés Lupion era um dos sócios da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. Pegoraro (2007, p.55) destaca que os laços entre o Grupo Lupion e a CITLA começaram entre 1949 e 1951, quando o grupo estava expandindo seus negócios na indústria madeireira, na busca por reservas de pinheiro no Oeste e Sudoeste do Paraná. Outro fator que agilizou o processo para a companhia, foi a ajuda do Governo Federal, que no contexto era comandado pelo mesmo partido de Lupion, o PSD. Neste processo, cederam à CITLA cerca de 484.680 hectares de terra, correspondentes a Gleba Missões e parte da Gleba de Chopim (ORBEN, 2014, p. 43-45).

São várias as ilegalidades nesta transferência de terras à CITLA. A historiografia do

contexto descreve que foram realizadas diversas manobras políticas para que a escritura das terras fosse lavrada. Hermógenes Lazier (1983) e Ruy Wachowicz (2010) apresentam em suas pesquisas as várias ações ilegais que foram realizadas para a transferência das terras para a CITLA. Caracterizando um processo de grilagem, como explica Thiago Orben, que também retratou este processo em sua pesquisa.

Tais aspectos demonstram que o ato que cedeu as terras à CITLA foi repleto de ilegalidade, o que comprova que esta ação caracterizou como um ato de grilagem, pois foi realizada por meio de ações desonestas ou por uma transação com favorecimento duvidoso, para proveito de terceiros. (ORBEN, 2014, p. 46)

Com a eleição de Bento Munhoz da Rocha Netto em 1951, opositor de Moysés Lupion, a CITLA foi impedida de trabalhar na região. Isso porque, a gestão de Bento Munhoz proibiu as coletorias estaduais de fornecerem as “Sisas”, imposto estadual recolhido no ato de uma escritura de imóvel. Desta forma, a companhia não conseguia passar a escritura para quem comprasse as terras. (WACHOWICZ, 2010, p. 262). Durante o Governo de Bento Munhoz, que se estendeu até 1955, as ações realizadas pela CITLA visaram fomentar uma propaganda, realizando diversas promessas aos moradores da região. Thiago Arcanjo Orben (2016, p.47) descreve em seu trabalho alguns relatos orais que contam sobre as festas que eram promovidas pela companhia, com o intuito de se aproximar dos *colonos e posseiros*, facilitando o trabalho no futuro.

Moysés Lupion retornou ao Governo do Estado em 1955, com a promessa de resolver a questão agrária que se prolongava no Sudoeste do Paraná. Lupion, além de suspender a proibição de recolhimento das “Sisas”, também trouxe outras duas companhias colonizadoras para as Glebas de Missões. A Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda (Comercial) e a Companhia Colonizadora Apucarana Ltda (Apucarana) (WACHOWICZ, 2010, p. 264). Importante frisar que estas outras duas companhias também faziam parte dos investimentos do Grupo Lupion e eram subsidiárias da CITLA (ORBEN, 2016, p. 48-49).

Quando as companhias colonizadoras encontram caminho aberto para atuar nas terras do Sudoeste, começam a ocorrer uma série de abusos contra os *colonos e posseiros*. Inicia na região a atuação dos chamados *jagunços*, que se tratavam de funcionários contratados pelas companhias, com o trabalho de pressionar os *posseiros* a pagarem por suas terras ou se retirarem delas. Para isso, os *jagunços* passavam nas residências dos municípios, obrigando os *posseiros* a assinarem contratos com as companhias e pagarem as primeiras parcelas das terras, caso os *posseiros* se negassem, os *jagunços* realizavam diversas ameaças. (ORBEN,

2016, p.50)

A partir de 1957, ocorrem no Sudoeste do Paraná diversos conflitos, que serão detalhados no tópico seguinte, de *jagunços* contra *colonos* e *posseiros*. Estes confrontos resultaram em um clima de indignação e revolta por parte dos *posseiros*, que tinham como uma das únicas alternativas a união da comunidade para superar a complicada situação em que estavam inseridos. A partir deste momento, iniciou-se o processo que levou à Revolta dos Posseiros em outubro de 1957, um movimento social que ficou marcado na história do Sudoeste do Paraná.

### **A Revolta dos Posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná: o início dos conflitos e as relações sociais no levante em Pato Branco**

Quando as companhias começaram a instalar seus escritórios na Região Sudoeste, aumentou cada vez mais o clima de insatisfação por parte dos populares. Os políticos opositores ao Governo de Lupion faziam pressão contra as companhias e apoiavam os *posseiros* a não assinarem nenhum tipo de contrato. A primeira organização que foi realizada com o objetivo de questionar o que estava ocorrendo no Sudoeste, foi um “abaixo assinado” organizado pelo vereador Pedro José da Silva, do PTB, também conhecido como Pedrinho Barbeiro. O propósito era coletar assinaturas em um documento, que seria apresentado ao Governo Federal no Rio de Janeiro. Pedrinho Barbeiro seria o porta voz dos *colonos* e *posseiros* do Sudoeste, esclarecendo a realidade política que passava a região naquele momento (ORBEN, 2016, p. 51-52).

De acordo com o artigo de Neri França Bocchese, “Pedrinho Barbeiro: mártir da Revolta dos Posseiros” (2006, p. 413). No dia 21 de maio de 1957 na região de Verê, Pedro José da Silva foi abordado por dois *jagunços* da companhia Comercial, que depois de terem conversado com o Vereador, o assassinaram a tiros. A morte de Pedrinho Barbeiro mexeu com os ânimos dos populares da Região Sudoeste, tendo em vista que ele estava se preparando para viagem que faria até o Rio de Janeiro, com a finalidade de defender os *colonos* e *posseiros* dos abusos que estavam ocorrendo no Sudoeste do Paraná. O assassinato de Pedro da Silva só foi esclarecido após o fim da Revolta dos Posseiros, quando os *jagunços* tiveram que prestar depoimento à justiça do Município de Pato Branco.

Um dos líderes da Revolta dos Posseiros na Cidade de Pato Branco, Jácomo Trento, relata<sup>2</sup> que foi no dia 21 de maio de 1957 que teve seu primeiro contato com as atrocidades

<sup>2</sup> Transcrição livre e do autor: Câmara Pato Branco. Entrega de Título de Cidadão Honorário a Jácomo Trento em

que estavam ocorrendo no Sudoeste do Paraná. Trento explica que quando chegou no Município de Verê pode ver muitas pessoas juntas em um local, quando se aproximou para saber o que tinha ocorrido, foi surpreendido, haviam assassinado o deputado Pedrinho Barbeiro:

Eu ia indo pra Verê e dois vizinhos, fazer meus negócios por lá. Aí chegando no Verê, vi um aglomerado de gente lá, umas 100 pessoas ou mais, e digo o que que é isso aí? Isto aí Porto Alegre, vai ver lá que barbaridade, disse, foi o assassinato do Pedrinho Barbeiro. Quando eu vi aquilo, todo mundo emocionado, todo mundo gritando, todo mundo pedindo vingança e tal, né? Eu que não tinha nada a ver com encrenca, como diz a gíria, eu resolvi tomar partido. Falei para a família, os senhores e senhora vão ter a resposta disso aí. Nós vamos vingar a morte do seu marido [...] E assim eu comecei a entrar na briga.

Jácomo Trento, muito conhecido como “Porto Alegre”, por conta de sua descendência gaúcha, era um comerciante da região Sudoeste do Estado do Paraná. Trento percorria toda a localidade realizando vendas de rádios e eletrodomésticos, ele mesmo se denominava como um “caixeiro viajante”<sup>3</sup>.<sup>2</sup> Foi a partir da morte de Pedrinho Barbeiro, que Jácomo Trento iniciou sua participação política na Revolta dos Posseiros, aglutinando *colonos* e *posseiros* no município de Pato Branco, contando com a ajuda da Rádio Colmeia, a principal rádio da cidade, onde a maioria dos populares eram ouvintes.

Nesse contexto, a Rádio também se tornou uma ferramenta essencial na disseminação de informações necessárias para o andamento da Revolta. Além de um meio de comunicação muito popular entre os moradores da Região Sudoeste, a Rádio Colmeia tinha como proprietário Walter Pécoits. Médico e político habilidoso, com um olhar voltado para o povo, Pécoits se tornou um dos símbolos de luta e apoio aos *colonos* e *posseiros* da região de Francisco Beltrão. Em 1956 foi eleito vereador do município e pode participar ativamente para impedir os abusos cometidos pelas companhias de terra instaladas no Sudoeste. Em sua vida política teve como marca a resistência contra as injustiças, sendo inclusive perseguido durante o regime militar na década de 1960.

Concomitantemente, no Município de Pato Branco, Jácomo Trento tomou a posição de referência durante o levante dos *colonos* e *posseiros*. Pela sua posição perante a comunidade, Trento foi considerado um herói durante e depois da Revolta, tanto que sua participação o rendeu o título de Cidadão Honorário na Câmara Municipal de Pato Branco. A partir dessa

---

09 out. 2014. Youtube, 09 de outubro de 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=42G80NzRSuw&t=5761s&ab\\_channel=C%C3%A2maraPatoBranco](https://www.youtube.com/watch?v=42G80NzRSuw&t=5761s&ab_channel=C%C3%A2maraPatoBranco). Acesso em: 01 maio 2023.

<sup>3</sup> Ibidem.

ideia, o discurso de “Porto Alegre” perpassa pela valorização do que realizou durante a Revolta e pela exaltação dos companheiros e companheiras que lutaram ao seu lado por suas reivindicações. É impossível desatrelar o discurso de Trento com o contexto que ele estava inserido e da sua posição durante o levante.

Os demais relatos que estão presentes neste artigo demonstram essa conexão e fornecem subsídio para uma interpretação do discurso, que se trata de uma parte fundamental quando falamos de Análise de Discurso. A partir dos relatos é possível cruzar algumas informações e construir um entendimento sobre a participação dos populares e de que forma as relações sociais foram fundamentais para o desfecho e triunfo dos revoltosos, formando um elo entre o sujeito, o discurso e a sociedade.

Foi então, após a morte do Vereador, que diversas reações ocorreram na região Sudoeste do Paraná, cabe citar uma ação realizada pelos populares no dia 02 de agosto de 1957. *Colonos e posseiros* do Alto Verê iniciaram uma tentativa de tomar o escritório da Companhia Comercial. Armados, partiram para a localidade do escritório, quando foram surpreendidos por disparos de armas de fogo, efetuados pelos *jagunços* da companhia. Houve troca de tiros, morreram dois *colonos* e um *jagunço* (WACHOWICZ, 2010, p. 266-267). Conforme relatos orais expostos na pesquisa de Tiago Arcanjo Orben (2016, p. 53-54), os *jagunços* já estavam preparados para um suposto revide por parte dos *colonos e posseiros*. Por conta disso, antes mesmo de serem abordados, já efetuaram disparos contra os populares.

Após pouco mais de um mês do ocorrido em Verê, no dia 14 de setembro houve outra reação, na região da fronteira, nos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. Com o intuito de acalmar a situação na região, o gerente da Companhia Apucarana, Gaspar Kraemer, marcou uma reunião com os *colonos e posseiros*. Entretanto, desconfiados de alguma retaliação, os dirigentes da companhia não foram até o local e enviaram apenas uma caminhonete, com ordens para oferecer carona a todos que estivessem no caminho. Sem saber do plano traçado pela companhia, os *colonos e posseiros* atacaram a caminhonete na estrada que ligava o Município de Santo Antônio do Sudoeste e o Município de Capanema. Sete pessoas morreram nesse acontecimento, cinco delas eram moradores da região e outros dois eram funcionários da Apucarana (ORBEN, 2016, p. 54-55) (PRIORI, et al, 2012, p 149-151).

O ocorrido do dia 14 de setembro de 1957 é chamado de “Tocaia do Capanema” e foi a partir deste momento que a imprensa paranaense começou a acompanhar os acontecimentos na Região Sudoeste. O jornal O Estado do Paraná publicou no dia 15 de setembro a entrevista

coletiva dada pelo chefe de polícia do Estado, Pinheiro Junior. Foi relatado pelo chefe de polícia na coletiva que “um bando armado atacou de surpresa funcionários da Companhia Apucarana”<sup>3</sup>. Éverly Pegoraro expõe em sua pesquisa, que os jornais O Estado do Paraná e Gazeta do Povo, por meio de suas publicações, fizeram a culpa da “Tocaia do Capanema” recair sobre os *colonos* e *posseiros*, os colocando na posição de bandidos que estavam sendo incentivados por membros da oposição. (PEGORARO, 2007, p. 117-138)

Após a “Tocaia do Capanema” a região da fronteira foi tomada pelos *colonos* e *posseiros*, o sentimento de revolta estava aflorado, por conta dos eventos trágicos que ocorreram. No Município de Capanema aproximadamente 2.000 *colonos* tomaram a cidade, reivindicavam mudanças na colonização da região. Nesta ocasião o Chefe de Polícia Pinheiro Junior enviou o Coronel Alcebíades Rodrigues da Costa e o Tenente- coronel José Henrique Dias, com o intuito de apaziguar os revoltosos. Porém, o que ocorreu, é que os *jagunços*, temendo a chegada dos oficiais, saíram da região da fronteira e se dispersaram para os Municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco (PRIORI, et al, 2012, p 151-152).

As primeiras reações iniciadas pelos *colonos* e *posseiros*, a tentativa de tomada do escritório da companhia Comercial e a “Tocaia do Capanema”, não solucionaram o problema político do Sudoeste e acabaram desencadeando a morte de vários moradores da região. Como relatado no parágrafo anterior, a ação da polícia do Estado do Paraná ainda trouxe para a cidade de Pato Branco inúmeros *jagunços* fugidos da região de fronteira. Jácomo Trento relata<sup>4</sup>, que a partir destes acontecimentos, os populares de Pato Branco foram sendo incentivados a aguardarem o momento certo para agir e para que não tomassem ações precipitadas.

Aí eu comecei a dizer, não pode fazer isso, seis não pode fazer essas coisas, isolada, vocês têm que se acomodar. Comecem a “engolir sapo”. Vocês comecem a “engolir sapo”, porque um dia que nós tivermos um motivo superior, nós vamos dar o grito do Ipiranga e vamos chamar vocês.

Após esses ocorridos na região da fronteira, outros dois acontecimentos afetaram os *colonos* e *posseiros*, nos municípios de Verê e Pato Branco. O primeiro deles foi a chacina da família de João Saldanha, que foi cruelmente assassinada pelos *jagunços* das companhias (WACHOWICZ, 2010, p. 267). De acordo com o relato de Jácomo Trento<sup>5</sup>, a chacina ocorreu no dia 4 de outubro de 1957 e foi relatada aos *colonos* e *posseiros*

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Transcrição livro do autor. *Ibidem*.

por meio da Rádio Colmeia.

[...] dia 4 de outubro, houve assassinato. A chacina da família João Saldanha. Aí o Thomazoni (radialista da Rádio Colmeia) fazia esse relato de meia em meia hora. Contava tudo o que aconteceu naquela chacina da família. Isto começou a “enfebrar”. Deixar o povo pronto pra briga mesmo, sabe?

Quatro dias após a chacina da família Saldanha, no dia 8 de outubro de 1957, chegou em Pato Branco três crianças vindas do Município de Verê, elas haviam sido espancadas por *jagunços* por não terem revelado o paradeiro de seus pais. Esse acontecimento provocou um forte sentimento de revolta nos populares, que já estavam indignados com todos as atrocidades que estavam ocorrendo na região. Jácomo Trento relata que foi informado sobre o caso por outro colono, por nome de Constante Tavares, que também relatou que o delegado de Pato Branco foi conivente com a situação e nada fez sobre o caso (PEGORARO, 2007, p. 47)

No dia seguinte, Jácomo Trento<sup>6</sup> foi até a delegacia para conversar com o delegado João Fragoso, que negou assistência às crianças. Trento relata que chegou ao local muito eufórico, quase partindo para a briga com os oficiais. Entretanto, quando entrou na delegacia viu que o delegado não estava no local. Quem tinha assumido o comando era o suplente de delegado, senhor Alberto Geron.

O Alberto Geron falou pra mim: Porto Alegre, está louco? [...] Olha, às 04h00 da manhã ele me tirou da cama e me entregou a delegacia, porque eu sou suplente de delegado, e ele foi para o Rio Grande do Sul porque a mãe dele está passando mal. [...] aí dialogamos uns dez minutos com o Geron. Ele me entregou, seu Alberto Geron, que era meu companheiro de estrada, nós fomos caminhoneiro junto. Aí ele me entregou a delegacia com os 15 policiais.

No relato de Trento podemos perceber que Alberto Geron era um companheiro de longo tempo, tanto é que trabalharam juntos. A ideia, que era ir até a delegacia e questionar o delegado, no fim acabou agremiando forças para os *colonos* e *posseiros* de Pato Branco, que passaram a contar com o apoio de quinze policiais do município. O fato de ambos já serem próximos um do outro foi importante para facilitar o diálogo e estreitar as relações. Foi por meio dessa relação social e desse apoio, que iniciou o processo de deflagração da Revolta dos Posseiros na cidade de Pato Branco.

No dia 9 de outubro de 1957 os *colonos* e *posseiros* do Município de Pato Branco. Receberam a convocação por meio da Rádio Colmeia, para se organizarem na praça da cidade, com o intuito de formar uma Junta Governativa e uma comissão deliberativa, que seria enviada

---

<sup>6</sup> *Ibidem.*

até Curitiba em busca de soluções para os ocorridos na região. Trento relata que, após a chamada, os *colonos* começaram a chegar muito rapidamente, “[...] nem terminou de fazer o jornal, que a praça já estava com uns 500, 600 homens.”<sup>7</sup>. “Porto Alegre” conclui que com os *colonos* e *posseiros* reunidos na praça da cidade, ocorreu uma reunião no pavilhão de uma igreja, em que foi definido que o Prefeito de Pato Branco, Waldir Harry Graeff, iria para Curitiba com outros cinco representantes dos seguintes partidos políticos: PSD, PTB, UDN, PSP e PRP.

O objetivo inicial era buscar uma solução por meio dos representantes políticos. Entretanto, o Prefeito Waldir Graeff junto com o presidente do PSD Guerino Zandoná, partiram para a Capital Curitibana na frente do restante dos representantes. Para os revoltosos esse ato despertou um sinal de alerta, a partida apressada dos dois políticos estava fora daquilo que foi acordado, além de que, os dois poderiam ter se encaminhado para Curitiba com o intuito de avisar as autoridades locais, que provavelmente enviariam as forças policiais para encerrarem o levante popular (ORBEN, 2016, p. 56-57).

A desconfiança dos revoltosos fazia sentido, os políticos da Capital não tinham o conhecimento total do que ocorria no Sudoeste e a visão propagada pelos jornais também era limitada, *colonos* e *posseiros* não tinham uma representação genuína nestes meios de comunicação. Segundo Pegoraro (2007, p. 126) a Junta Governativa que foi formada em Pato Branco foi descrita no jornal O Estado do Paraná como “Dotada de poderes ditadórias”<sup>7</sup>. O periódico Gazeta do Povo representava uma visão parecida em seus editoriais. Segundo o jornal, os *colonos* e *posseiros* estavam sendo influenciados pelos opositores do Governo do Estado, que aliciavam os populares, fazendo-os crer “[...]que as terras não pertencem às companhias, que não há qualquer garantia nas transações efetuadas, que portanto não resta outro meio senão o da reação violenta contra as imobiliárias.”<sup>8</sup>.

Os dois trechos apresentados, demonstram que os jornais tinham uma visão distorcida do movimento, sem ter o conhecimento total de cada um dos ocorridos na região. A Revolta dos Posseiros foi uma consequência do panorama político social que os *colonos* e *posseiros* estavam inseridos. A partir do momento que a comunidade começou a ser afetada pela negligência das companhias na colonização da região, foi então que buscaram se unir, formando um movimento que lutou pela posse da terra dos *posseiros* do Sudoeste do Estado do Paraná.

---

<sup>7</sup> Pato Branco dominada por uma Junta Governativa de emergência. O Estado do Paraná. 11 out. 1957, p. 5. Apud PEGORARO, 2007, p. 126.

<sup>8</sup> Ignorância e má fé. Gazeta do povo, 18 set. 1957. Editorial, p. 3. Apud PEGORARO, 2007, p. 135.

Como foi descrito anteriormente, o início do levante no Município de Pato Branco ocorreu no dia 09 de outubro de 1957, porém se prolongou até o dia 10 de outubro. Após a quebra do acordo por parte do Prefeito de Pato Branco, os *colonos* e *posseiros* decidiram agir rapidamente, iniciaram uma organização para percorrer o interior da região, com o objetivo de fechar os escritórios das companhias e capturar os *jagunços*. Grande parte dos acontecimentos entre os dias 09 e 10 de outubro, foram relatados por Jácomo Trento em seu discurso na Câmara de Vereadores de Pato Branco.

Segundo os relatos de Trento, no fim da tarde do dia 09 de outubro de 1957, um avião pousou em Pato Branco, “[...] naquele tempo avião era que nem “mosca branca” (raro de se ver). Aí eu subi lá no aeroporto, fomos correndo né. Subi lá com o meu jipe.”<sup>9</sup><sup>10</sup>. Quando Jácomo Trento e seu colega Pedro Carbonera chegaram no aeroporto, se depararam com a presença do Major Reinaldo Machado. Inicialmente o clima entre a comunidade e o Major foi tenso, os *colonos* acreditavam que Reinaldo Machado havia sido enviado por Lupion para acabar com a organização do levante. Após um longo diálogo, o Major esclareceu que foi até a região para ajudar na revolta, o que passou confiança para os populares. Jácomo Trento expõe que o Major não só apoiava o levante, como também decidiu partir para a caçada dos *jagunços*, junto com o restante dos homens, com o intuito de ajudar nas estratégias do grupo.

Aí nós acabamos confiando no major, sabe? [...] quando chegou umas horinhas da tarde, que era quase seis horas, aí o major diz: olha, eu vou. Vamos com esses policiais pra caçada dos *jagunços* no interior. Mas eu quero ir com você para te dar a estratégia, a técnica de militar.<sup>10</sup>

Para conseguir levar os homens até o interior da região era necessário que tivessem um meio de locomoção. Os *colonos* e *posseiros* então recorreram ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER). “Porto Alegre” conta que se direcionaram até o DER com o intuito de pedir emprestado dois caminhões novos que tinham acabado de chegar no departamento. Tiveram que iniciar um diálogo para conseguir os caminhões, sem eles seria difícil levar o grupo para os municípios vizinhos para a caçada dos *jagunços*.

Eu pedi, não fui sequestrar, fui pedir. Ele ficou remetente e tal. Aí eu falei: Doutor Schwartz o senhor sabe que eu fui mecânico, fui caminhoneiro, eu sei fazer ligação direta nisso aí. Só que com os caminhão novo é um crime ter que mexer no painel e detonar o painel pra poder pegar isso aí. É melhor cê me entregar os carro. Aí dialogamos lá uns dez, quinze minutos. Ele disse: eu vou entregar, mas numa

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

condição, o F 500 é meu mascote, esse é você que tem que dirigir.<sup>11</sup>

Nesse trecho percebemos os fortes laços sociais da comunidade do Município de Pato Branco. Os *colonos* e *posseiros* precisavam dos caminhões para dar seguimento à organização que estava sendo realizada e tendo em vista essa demanda, a comunidade se disponibilizou para fortalecer o movimento que estava sendo realizado. Segundo Tiago Arcanjo Orben (2016, p. 57) não só *colonos* e *posseiros* participaram do levante. Médicos, advogados e até mesmo trabalhadores autônomos, como é o caso de Jácomo Trento, também se esforçaram para encerrar o funcionamento das companhias na Região Sudoeste, tendo em vista que toda a comunidade estava sendo prejudicada.

Com os caminhões prontos para a partida, os revoltosos em Pato Branco acordaram que partiriam para a captura dos *jagunços* às 06 horas da manhã do dia 10 de outubro de 1957. Pegoraro (2007, p. 49) descreve que, também no dia 10 de outubro, foram colocados piquetes nas estradas de acesso a Pato Branco e todos os comércios e indústrias fecharam as portas como forma de protesto. A participação na revolta acontecia em várias áreas da comunidade, a forte relação social dos populares foi fundamental para obterem um desfecho favorável no levante.

No caminho para o interior da região, na missão de capturar os *jagunços*, “Porto Alegre” recorda que encontraram o Vereador Germano Corona, que era um dos aliados dos *colonos* e *posseiros* da região. Ao se encontrarem, o Vereador aconselhou que não fossem até o Município de Verê, pois o local estava tomado por *jagunços* das companhias.

[...] eu vi o carro do Germano Corona que vinha vindo. Aí eu digo: para que esse é vereador nosso, falei pro Major, né. Aí paremo, Porto Alegre onde é que vocês estão indo? (disse o vereador) Tamo indo caçar jagunço! Vocês estão loucos? Eu estou voltando de lá, eu tava indo pro Verê, tive que voltar. Mas por quê? Porque tem seis metralhadoras na frente do escritório do Verê esperando vocês lá.<sup>12</sup>

Jácomo Trento conclui dizendo que o grupo se negou a retornar e seguiram a estrada para confrontar com os *jagunços*. “Aí olhei pro Carbonera e falei: Carbonera, eu não vou voltar! Nem eu, o Carbonera respondeu. Nem que morra? Nem que morra.”. A partir desse momento o grupo seguiu caminho para região de Verê e Dois Vizinhos, onde em uma semana capturaram aproximadamente 37 *jagunços* que foram levados à justiça de Pato Branco, para que fossem julgados pelo Juiz Dr. José Meger. A prisão mais significativa feita pelo grupo de

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

revoltosos, foi do pistoleiro José da Costa, conhecido como “Maringá”, que cometeu diversos crimes contra os moradores da região. Em seu depoimento à justiça, José da Costa relatou quem foi o encarregado de assassinar Pedrinho Barbeiro em 21 de maio de 1957, além de informar sobre outros casos (BOCCHESE, 2006, p. 413) (PRIORI, et al, 2012, p. 153).

Aos poucos, os oficiais que foram enviados ao Sudoeste do Paraná, foram apaziguando os ânimos dos populares. Em Pato Branco, a Junta Governativa foi encerrada, ao passo em que, já não se tinha mais notícias dos *jagunços* e das companhias. Mesmo com as companhias sendo expulsas do território, as questões da terra não foram solucionadas de imediato. Somente em 1960 foi criada uma comissão de representantes que tinham como objetivo conversar com os candidatos à presidência, buscando uma ação que legalizasse as terras. Jânio Quadros foi o candidato que deu ouvidos aos problemas do Sudoeste, prometendo solucionar o impasse caso fosse eleito. O candidato venceu as eleições e recebeu 80% dos votos da região do Sudoeste do Paraná. (PEGORARO, 2007, p. 53-54)

A autora Éverly Pegoraro descreve que Jânio Quadros cumpriu com sua promessa, mas os problemas agrários do Sudoeste só foram resolvidos em 1962, quando foi criado o Getsop.

Em 1961, o novo Presidente da República desapropriou as terras em litígio, declarando de utilidade pública as glebas Missões e Chopim e determinando em regime de urgência para a desapropriação. Entretanto, foi somente em 1962 que o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop) foi criado, pelo decreto nº 51.431 de 19 de março, para solucionar a questão de terras no Sudoeste. (PEGORARO, 2007, p. 54).

## Considerações finais

A Revolta dos Posseiros de 1957, por se tratar de um movimento popular, teve seu início a partir das insatisfações das comunidades do Sudoeste do Paraná. O cenário político da região, a partir dos anos 1950, começou a ficar turbulento. A chegada das companhias colonizadoras iniciou um longo processo de abusos e ilegalidades, que tornou a situação dos *colonos* e *posseiros* cada vez mais complicada. Fica evidente que nesse contexto existia uma união por parte de toda a comunidade, e foi a partir disso que foi possível deflagrar a revolta e obter êxito nas suas reivindicações.

O objetivo deste presente trabalho, era não só entender a existência da união e das relações sociais entre os *colonos* e *posseiros*, mas também compreender qual foi o papel dessas relações sociais durante o levante, tendo como foco principal o Município de Pato Branco, com o apoio dos relatos de Jácomo Trento, um dos líderes da revolta na região. Durante a

pesquisa, foi possível compreender a posição do discurso de Jácomo Trento, que foi considerado um “herói” do Levante e seus relatos afirmam essa posição. Existe também um grande reconhecimento da participação de seus vizinhos (as) e companheiros (as), onde seus relatos apontam diversos momentos em que as conexões sociais entre os moradores da região foram fundamentais, tanto no sentimento de revolta que se formava – tendo em vista que os populares ficavam indignados a cada abuso que sofria um colono ou posseiro –, quanto no decorrer do Levante, onde em muitos momentos as relações sociais foram essenciais para a continuação das ações dos revoltosos.

No trabalho é realizada uma relação entre os campos de História Social e História Política por intermédio de uma análise de discurso e de fonte documental periódica. O movimento social é um fruto da organização política, tendo em vista que o panorama político atua como um impulsionador destes movimentos. Porém, o campo social também pode se fazer presente em análises dessa espécie, vai depender de como o historiador aborda o tema estudado. A análise aqui realizada poderia explorar ainda mais os conceitos presentes no campo da História Social, mas se restringiu ao das relações sociais, tendo em vista o foco da pesquisa e as limitações das fontes históricas que foram utilizadas. De maneira geral, efetuar uma busca por mais fontes e intensificar e aprofundar a análise, pode ser o caminho para pesquisas futuras.

## Fontes pesquisadas

Câmara Pato Branco. Entrega de Título de Cidadão Honorário a Jácomo Trento – 09/10/2014. Youtube, 09 de outubro de 2014. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=42G80NzRSuw&t=5761s&ab\\_channel=C%C3%A2maraPatoBranco](https://www.youtube.com/watch?v=42G80NzRSuw&t=5761s&ab_channel=C%C3%A2maraPatoBranco). Acesso em: 01 maio 2023.

Reconhece o Chefe de Polícia a gravidade da situação do sudoeste do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba. 15 de setembro de 1957, capa do segundo caderno.

Pato Branco dominada por uma Junta Governativa de emergência. **O Estado do Paraná**. 11 out. 1957, p. 5.

Ignorância e má fé. **Gazeta do povo**. 18 set. 1957. Editorial, p. 3.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 143, 1981.
- AMÂNCIO, Silvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 178, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 222 p.
- BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. *História Unisinos* v. 26, n. 3, pp. 588-604, 2022.
- BOCCHESE, Neri França Fornari. Pedrinho Barbeiro: Mártir da Revolta dos Posseiros. **Synergismus Scyentifica UTFPR**, Pato Branco, p. 407-416, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991.** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- LAZIER, H. **Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 173, 1983.
- MAGALHÃES, Marion Brepolh de. **Paraná: política e governo.** 2.ed eletrônica. Curitiba: SAMP. 2017. 122 p.
- MYSKYW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66).** Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 209. 2002.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná.** 2.ed eletrônica. Curitiba: SAMP. 2017. 121 p.
- ORBEN, T. A. **A questão agrária e fundiária do sudoeste do Paraná: pequenas propriedades, permanências e rupturas.** Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 367. 2019.
- ORBEN, T. A. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias.** Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 150, 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006. 306 p.

PEGORARO, É. **Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 170, 2007.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. p. 143-158.  
Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. 2.ed eletrônica. Curitiba: SAMP. 2017. 134 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2.ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. 335 p.

*Recebido em: 31 março 2025.*

*Aceito em: 5 maio 2025.*